

Parecer Técnico FEAM/URA ASF - CAT nº. 2/2026

Divinópolis, 12 de janeiro de 2026.

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 2/2026			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 130924761			
PROCESSO SLA Nº: 49874/2025		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR:	CONSTRUCAL LTDA	CNPJ:	07.514.792/0001-61
EMPREENDIMENTO:	CONSTRUCAL LTDA	CNPJ:	07.514.792/0001-61
MUNICÍPIO:	Córrego Fundo-MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"> • Empreendimento localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio. 			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-01-02-3	Fabricação de cal virgem	3/M	1
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
ENDEL FLAVIO JOSE DA SILVA		CREA: 0001411250-MG	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Levy Geraldo de Sousa – Gestor Ambiental – Formado em Engenharia Metalúrgica.		1.365.701-0	

De acordo:

Diogo da Silva Magalhães – Coordenador do Núcleo de
Controle Ambiental – NUCAM-ASF

1.197.009-2



Documento assinado eletronicamente por **Diogo da Silva Magalhaes, Chefe do Núcleo**, em 12/01/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Levy Geraldo de Sousa, Servidor(a) Público(a)**, em 12/01/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **130923704** e o código CRC **E63C0F63**.



Parecer Único de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento CONSTRUCAL LTDA (Ex Helton Dione dos Santos-ME) atua no ramo de fabricação de cal virgem, exercendo suas atividades em zona rural do município de Córrego Fundo - MG. A empresa possui regularizada a capacidade para produzir até 7.227 t/ano de cal virgem, através do certificado de LAS-RAS n. 011/2019, PA SIAM n. 01784/2011/001/2018. Neste processo em análise está sendo solicitada a ampliação para a capacidade instalada total de 29.500 t/ano.

O imóvel rural possui área total de 4,5 hectares; onde se encontram instalados dois fornos de calcinação que produzem em média 18,8 e 60 t/dia de cal, sendo a capacidade máxima somada dos fornos de 29.500 t/ano. O pedido de ampliação se refere a operação do forno vertical contínuo, de estrutura metálica, instalado após a obtenção do certificado de LAS-RAS n. 011/2019. Considerando a ampliação caracterizada pela instalação do novo forno, anterior à obtenção da respectiva licença, a empresa está sendo autuada através do Auto de Infração n. 717046/2026. Abaixo se encontram a atividade e parâmetro informados:

- **B-01-02-3:** Fabricação de cal virgem. Capacidade instalada após ampliação: 29.500 t/ano; potencial poluidor M e porte M (classe 3).

Consta no RAS que a atividade de fabricação de cal virgem é realizada desde 24/09/2020, próximo ao ponto de coordenadas X 441948 e Y 7744764. Conforme consta no RAS, não há cursos d'água no imóvel utilizado. A ADA demarcada no SLA possui 1,53 hectares, sendo a maior parte considerada área útil; conforme ilustrado no **Anexo III**.

Informou-se no SLA que haverá incremento da ADA regularizada através do PA SIAM n. 01784/2011/001/2018.

Considerando se tratar de empreendimento localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, foi apresentado um Estudo Espeleológico, o qual atestou a inexistência de quaisquer feições cársticas na área da empresa. Contudo, foi identificada uma feição cárstica do tipo dolina na área de influência do empreendimento. Como a dolina não seja configurada como cavidade natural subterrânea, foi elaborado o Relatório Técnico Prévio de Mudança de Modalidade (RTP), para que o empreendimento pudesse ser regularizado na modalidade LAS-RAS, conforme documento SEI! 127129249. Ressalta-se que, conforme dados do CECAV inseridos no IDE Sisema, as feições espeleológicas mais próximas ficam a mais de 700 metros do empreendimento.

Em 13/11/2025 foi formalizado o processo em análise, via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, na modalidade de licenciamento ambiental simplificado, através da requisição nº 2025.09.04.003.0000474, processo SLA nº 49874/2025.

Conforme informado no RAS, a empresa consome no máximo 3,5 m³/dia de água, sendo este volume fornecido pela concessionária local. Apresentou-se junto ao RAS cópia do comprovante de fornecimento.

As atividades são realizadas continuamente, em dois turnos de 12 horas/dia, com o apoio de aproximadamente 13 colaboradores. Foram informados na página 4.4 do RAS os fornecedores das matérias primas principais (calcário e lenha).



Foram inseridos no SLA, além do RAS, anuência e cópia do registro do imóvel, relatório fotográfico, Cópia do certificado de registro no IEF, Cadastro Ambiental Rural, Anotação de Responsabilidade Técnica, Certidão da Jucemg, Certidão de Uso e Ocupação do solo, Declaração de sujeição à CLPI, comprovação de fornecimento de água, Relatório Técnico Prévio, Estudo Espeleológico, planta do empreendimento, laudo de ruídos, Declaração de recolhimento de resíduos sólidos pela prefeitura, entre outros.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes atmosféricos, efluentes líquidos sanitários, resíduos sólidos e de ruídos.

As emissões atmosféricas são geradas de forma contínua nos dois fornos quando em operação. Informou-se previamente no item 5.3.1 do RAS que são utilizados lavadores de gases para ambos os fornos. Foram solicitadas, através de informações complementares, maiores informações sobre os equipamentos utilizados. Informou-se que o equipamento utilizado para tratamento dos efluentes do forno de alvenaria é composto por uma caixa com tremonha. Já para o forno metálico, utiliza-se um retentor do tipo ciclone. Essas informações estão coerentes com o relatório fotográfico apresentado. Foram avaliadas últimas análises inseridas no processo SEI! n. 1370.01.0040727/2021-39, referentes apenas ao forno de alvenaria. Os resultados de concentração de material particulado ficaram abaixo e próximos aos limites estabelecidos na Tabela XIV da DN COPAM 187/2013. Sabe-se que os equipamentos mencionados normalmente são usados apenas para o tratamento primário dos gases gerados, sendo necessária a instalação de tratamento secundário, composto por lavador de gases ou filtro de mangas para melhor eficiência do tratamento. Dessa forma, está sendo condicionada a instalação de equipamentos de tratamento secundário para melhor eficiência do tratamento. Já para o sistema de britagem/cominuição da cal, foi proposta, através de informações complementares, a instalação de um novo sistema no prazo de 180 dias. Assim, está sendo condicionada a comprovação de instalação do sistema. Caso os parâmetros ultrapassem os limites permitidos, caberá ao empreendedor promover a adequação ou substituição dos equipamentos utilizados.

Quanto aos efluentes líquidos de natureza sanitária, conforme consta no item 5.2.1 do RAS, são gerados cerca de 0,48 m³/dia, sendo estes tratados na ETE sanitária, antes de serem liberados em sumidouro. Consta ainda no RAS que a empresa não gera efluentes líquidos industriais. Solicitou-se, através de informações complementares, a informação se o sistema foi dimensionado conforme a Norma Técnica ABNT NBR 17076:2024. A empresa propôs a instalação e interligação da fossa biodigestor Fortlev e adequação da unidade de disposição final. Dessa forma, está sendo condicionada a adequação do sistema existente. Ressalta-se que deverão ser realizadas manutenções/limpezas periódicas no sistema de tratamento do esgoto sanitário, de acordo com manual do fabricante ou orientações do projetista, de forma que o sistema responderá conforme fora projetado, dentro das especificações técnicas, cabendo ao empreendedor e responsável técnico a garantia de tais ações e do pleno funcionamento do sistema.

Conforme informado no item 5.4 do RAS, o empreendimento gera cerca de 5 kg/mês de resíduos contaminados classe I, os quais são encaminhados para a empresa Ecosust Soluções Ambientais Ltda; conforme MTR's apresentadas. Foram quantificados os resíduos



domésticos e as cinzas geradas, sendo que os resíduos domésticos são recolhidos pela prefeitura e as cinzas/cascas de lenha são utilizadas como compostagem e/ou adubo. Como o município de Córrego Fundo não possui aterro regularizado, o empreendimento informou, através de informações complementares, que os mesmos são encaminhados para a Integração de Resíduos Parque de Transformação Ambiental Ltda; juntamente com o respectivo certificado. Ressalta-se que todos os resíduos, inclusive eventuais não relacionados no RAS, deverão ser enviados a empresas licenciadas para o recebimento e serem relacionados nas Declarações de Movimentação de Resíduos – DMR's, conforme DN 232/2018 e condicionante inserida neste Parecer. Para os resíduos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, deverão ser entregues as planilhas exigidas na condicionante inserida neste Parecer.

Para mitigar os ruídos gerados no RAS foi proposta a manutenção preventiva de equipamentos para evitar ruídos excessivos. Não está sendo por ora solicitado o monitoramento de ruídos devido à localização do empreendimento; distante de aglomerações urbanas.

Foi apresentado o Cadastro Ambiental Rural – CAR: MG-3119955-A3EA.8F67.5FEF.4AD6.B76A.3F0F.F71F.A6D6 A área declarada do imóvel é de 4,5 hectares. Não foi declarada área de reserva legal ou área de preservação permanente no CAR. Todavia, durante a análise do processo 01784/2011/001/2018, verificou-se que o CAR apresentado nas folhas 038-040 considerou as áreas de reserva legal perfazendo o mínimo de 20% conforme exigido. As referidas áreas foram averbadas pelo IEF conforme folhas 025 e 144 deste processo anterior. Ao avaliar as respectivas áreas através de imagens históricas de satélite disponíveis no Google Earth, verificou-se que a gleba com área de 1,685 hectares foi intervinda entre os anos de 2010 e 2012 com arado e plantio de eucaliptos. Após a referida constatação, foi solicitada a apresentação de um Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF, via Ofício de Informações Complementares. O respectivo PTRF foi apresentado as folhas 110-134. Neste documento estava previsto o corte dos eucaliptos existentes e o plantio de 2.520 espécies pioneiras e 840 espécies secundárias (75/25 %). O cronograma executivo foi apresentado nas folhas 128-130. Foi condicionado no parecer a execução do referido PTRF, juntamente com a apresentação dos relatórios fotográficos para comprovar a execução. Ressalta-se que a empresa foi devidamente autuada por descumprir o Termo de Compromisso conforme Auto de Infração nº 139245/2019 (folha 148). Foram apresentados Relatório de Monitoramento da recomposição florestal nos processos SEI ns. 2090.01.0003058/2024-46 e 1370.01.0040727/2021-39. Ressalta-se que a competência de análise da regularidade do CAR passou ao Instituto Estadual de Florestas, conforme Art. 5º, IV, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF n. 3.132/2022. Assim, este Órgão está sendo comunicado sobre a oportuna necessidade de análise do CAR.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental para a ampliação pleiteada.

Realizou-se a análise de cumprimento das condicionantes impostas no Certificado de LAS-RAS n. 011/2019. Verificou-se que a condicionante n. 02, referente à execução do PTRF na



área de reserva legal e apresentação dos relatórios não foi integralmente cumprida a tempo e/ou modo; assim como a condicionante n. 01, referente ao programa de automonitoramento. Dessa forma, foi lavrado o Auto de Infração n. 717046/2026 (SEI! n. 130696462).

Considerando a ampliação ora solicitada, o Certificado de LAS-RAS n. 011/2019 torna-se sem efeito a partir da publicação, tendo em vista o art. 11 da DN 217/2017.

Art. 11 – Para a caracterização do empreendimento deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do licenciamento.

Parágrafo único – Para os empreendimentos detentores de Licença Ambiental Simplificado – LAS, as ampliações serão enquadradas de acordo com as características de tais ampliações e das atividades já existentes, cumulativamente, e a licença a ser emitida englobará todas as atividades exercidas.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), bem como da análise de critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada para ampliação do empreendimento “CONSTRUCAL LTDA” para a atividade “Fabricação de cal virgem”; no município de Córrego Fundo-MG, pelo prazo até 25/01/2029, haja vista o art. 35 do Decreto 47.383/2018 vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Art. 35 – As ampliações de atividades ou de empreendimentos licenciados que impliquem aumento ou incremento dos parâmetros de porte ou, ainda, promovam a incorporação de novas atividades ao empreendimento, deverão ser submetidas à regularização, observada a incidência de critérios locacionais. (Redação dada pelo Decreto nº 47.837, de 09 de janeiro de 2020)

§ 8º – As licenças emitidas em razão de ampliação da atividade ou do empreendimento terão prazo de validade correspondente ao prazo de validade remanescente da licença principal da atividade ou do empreendimento. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 47.837, de 09 de janeiro de 2020).



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CONSTRUCAL LTDA”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar Relatório Técnico, descritivo e fotográfico, comprovando a adequação do sistema de tratamento de efluentes sanitários conforme a Norma Técnica ABNT NBR 17076:2024. Ressalta-se que o sumidouro também deverá ser adequado e que deverá ser apresentada informação expressa de que o sistema foi adequado conforme a referida norma; juntamente com a respectiva ART.	120 (cento e vinte) dias.
03	Promover a instalação de dois sistemas de tratamento de efluentes atmosféricos gerados em cada forno, composto por lavador de gases ou filtro de mangas para melhor eficiência do tratamento. Apresentar relatório fotográfico e o projeto dos sistemas instalados em cada forno	180 (cento e oitenta) dias.
04	Promover a instalação do sistema de tratamento de efluentes atmosféricos gerados na área de cominuição de cal, conforme proposto através de informação complementar apresentada. Apresentar relatório fotográfico comprovando a instalação. Obs: caso o sistema proposto não apresente eficiência para mitigar as emissões difusas, caberá ao empreendedor promover a adequação necessária.	180 (cento e oitenta) dias.

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA-ASF, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CONSTRUCAL LTDA”

1. Resíduos sólidos e rejeitos

1.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, até o dia 10 do mês subsequente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

1.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, até o dia 10 do mês subsequente, o relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS .
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				
(*)1- Reutilização					6 - Coprocessamento							



2 – Reciclagem		7 - Aplicação no solo
3 - Aterro sanitário		8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)
4 - Aterro industrial		9 - Outras (especificar)
5 - Incineração		

1.2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes Atmosféricos.

Local de amostragem	Tipo de combustível	Potência nominal (MW)	Parâmetros	Frequência
Nas duas chaminés dos dois sistemas instalados nos fornos	Lenha de eucalipto	NA	Material Particulado	Semestral (corrigidos a 8% de O ₂ , conforme Tabela XIV da DN 187/2013)
Na chaminé do sistema de comunicação de cal	NA	NA	Material Particulado	Semestral, conforme Tabela XIV da DN 187/2013)

Relatórios: Enviar, semestralmente, até o dia 10 do mês subsequente, à URA-ASF, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 187/2013 e na Resolução CONAMA nº 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* – EPA.



ANEXO III

ADA do empreendimento inserida no SLA



Fig. 1: ADA inserida no SLA em amarelo, área do imóvel conforme matrícula 84.057 em amarelo, e áreas de reserva legal do imóvel originário em verde (a ser aferida conforme averbação na matrícula 81.606).